

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
PREFÁCIO	13
AGRADECIMENTOS	19
INTRODUÇÃO	29

CAPÍTULO 1.

A PRESUNÇÃO SEGUNDO OS PROCESSUALISTAS

1.1. Descrevendo a explicação tradicional.....	41
1.1.1. Presunção Legal vs. Presunção judicial	43
1.1.2. Presunção Relativa vs. Presunção Absoluta	47
1.2. As “máximas de experiência” e uma estrutura comum	50
1.3. As falsas presunções	56
1.4. Operatividade das presunções legais: seus efeitos para as partes e para o juiz	59
1.4.1. As presunções relativas com fato básico	59
1.4.2. As presunções relativas sem fato básico.....	61
1.4.3. As presunções absolutas	61
1.5. Operatividade da presunção judicial	63
1.6. Breves conclusões e uma proposta de reclassificação das abordagens direcionadas à temática das presunções.....	64

CAPÍTULO 2.

A PRESUNÇÃO SEGUNDO OS FILÓSOFOS JURISTAS:
RECONSTRUTIVISTAS DIRETOS

2.1. Jerzy Wróblewski	67
2.1.1. As presunções como normas jurídicas	68
2.1.2. As presunções formais	69
2.1.3. A função das presunções	71
2.1.4. Presunções para-empíricas, anti-empíricas e não-empíricas	72
2.1.5. A prova contrária	75
2.1.6. As praesumptiones homini	76
2.1.7. Breves considerações sobre a proposta de Jerzy Wróblewski	77
2.2. Michele Taruffo	78
2.2.1. A tipologia das presunções	80
2.2.2. As presunções legais absolutas	81
2.2.3. As presunções legais relativas	83
2.2.4. As presunções simples	88
2.2.5. A noção de “máximas de experiência” ou a necessidade de generalizações	91
2.2.6. Breves considerações sobre a proposta de Michele Taruffo	96
2.3. Daniel Mendonça	99
2.3.1. A noção de presunção	99
2.3.2. Os enunciados de presunção	103
2.3.3. O caráter e a função das presunções	105
2.3.4. A fórmula de presunção	109
2.3.5. Bloqueio e destruição	111
2.3.6. Breves considerações sobre a proposta de Mendonça.....	112
2.4. Lorenzo Peña e Txetu Ausín	115
2.4.1. As presunções e o processo de formação de crenças	117
2.4.2. As presunções como “alternativas teóricas”	119

2.4.3. O caráter veritativo das presunções	122
2.4.4. A obrigação imposta ao julgador	126
2.4.5. Breves considerações sobre a proposta de Lorenzo Peña e Txetu Ausín	127
2.5. Josep Aguiló Regla.....	129
2.5.1. “É presumível” vs. “Será presumido”.....	130
(1) “É presumível”	130
(2) “Será presumido”	133
2.5.2. Presunções-regra e presunções-princípio	136
2.5.3. O caso das presunções iuris et de iure.....	141
2.5.4. Breves considerações sobre a proposta de Josep Aguiló Regla	143
2.6. Conclusões parciais	145

CAPÍTULO 3.

A PRESUNÇÃO SEGUNDO OS FILÓSOFOS JURISTAS: RECONSTRUTIVISTAS INDIRETOS

3.1. Daniel González Lagier	147
3.1.1. Os elementos da inferência probatória	148
3.1.2. Três tipos de inferência probatória	150
3.1.3. Fundamento, finalidade e força das conexões e as presunções no Direito	156
3.1.4. Breves considerações sobre a proposta de Daniel González Lagier.....	161
3.2. Giovanni Tuzet	164
3.2.1. O argumento da ignorância: da falácia ao reconhecimento seu potencial epistêmico.....	165
3.2.2. O contexto jurídico e o significado da ausência de prova.	167
3.2.3. O argumento da ignorância e as presunções.....	171
3.2.4. Breves considerações sobre a proposta de Giovanni Tuzet	176
3.3. Conclusões parciais	179

CAPÍTULO 4.

REDEFININDO AS PRESUNÇÕES

4.1. Ronald Allen e a proposta de eliminação do conceito de presunção na experiência norte-americana	181
4.1.1. As presunções e o ônus de produção	185
4.1.2. As presunções e o ônus de persuasão.....	188
4.1.3. As presunções e o perigo das instruções ao Júri.....	190
4.2. As presunções para além de sua eliminação.....	194
4.3. Os expedientes de determinação dos fatos na experiência continental	195
4.3.1. Ônus da prova e presunção	195
4.3.2. Ficção Jurídica e presunção	202
4.3.3. Raciocínio inferencial probatório e presunção	211
4.4. O compromisso epistêmico do Direito	221
4.5. A proposta de redefinição propriamente dita.....	229
4.5.1. Caráter normativo	230
4.5.2. Fundamento empírico.....	234
4.5.3. Fato básico.....	237
4.5.4. Prova contrária.....	240
4.6. As presunções: entre decisões sobre como decidir e as razões para atuar	243
CONCLUSÃO	253
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	257